

Alerta Legislação nº 34, de 19 a 24 ago. 2024

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<p><u>DECRETO Nº 12.150, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Institui, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, a Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória.</p>
Governo do Estado de São Paulo
<p><u>DECRETO Nº 68.778, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Digital do Estado de São Paulo - AME Digital SP, e dá providências correlatas.</p>
Prefeitura de São Paulo
<p><u>DECRETO Nº 63.686, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> Cria o Programa Entrelaços, destinado a oferecer apoio e assistência às mães de pessoas com deficiência no âmbito do Município de São Paulo.</p>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
22/08/2024	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.254, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.976.872.000,00, para os fins que especifica.</p>
21/08/2024	<p><u>DECRETO Nº 12.150, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Institui, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, a Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória.</p>

20/08/2024	<p><u>DECRETO Nº 12.148, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre a exclusão da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp do Programa Nacional de Desestatização e revoga sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.144, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.</p>
Atos do Congresso Nacional (CN)	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 64, DE 2024</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.236, de 28 de junho de 2024, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 21 de agosto de 2024 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 65, DE 2024</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.237, de 3 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União no dia 4, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério do Trabalho e Emprego, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 2.036.694.007,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 21 de agosto de 2024 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 66, DE 2024</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.238, de 3 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União no dia 4, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder</p>

	<p>Judiciário, no valor de R\$ 1.348.356.276,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Congresso Nacional, em 21 de agosto de 2024 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 67, DE 2024</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024, que "Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360, institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Desenrola Pequenos Negócios, altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 20 de agosto de 2024.</p> <p>Congresso Nacional, em 21 de agosto de 2024 Senador Rodrigo Pacheco Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Atos do Poder Executivo</p>	<p><u>ATOS DO PODER EXECUTIVO</u> <u>PACTO PELA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA ENTRE OS TRÊS PODERES DO ESTADO BRASILEIRO</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º O presente Pacto constitui compromisso dos três Poderes de atuarem de maneira harmônica e cooperativa para a adoção de um conjunto de ações e medidas voltadas aos seguintes objetivos:</p> <p>I - sustentabilidade ecológica - proteção do patrimônio natural de todos os biomas do País, promoção da regeneração da biodiversidade, redução e combate ao desmatamento ilegal, incentivo à restauração ecológica de áreas degradadas e desmatadas, promoção de cidades sustentáveis, diminuição do impacto ambiental das atividades produtivas e redução das emissões de gases de efeito estufa em todos os setores da economia;</p> <p>(...)</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>SECRETARIA-GERAL (SG) <u>PORTARIA SG/PR Nº 185, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Regulamenta o artigo 2º e o artigo 13, do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude - SINA JUVE.</p>

Ministério da Agricultura e Pecuária	<p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.163, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> Integra o Serviço de Inspeção Municipal de Campinas, localizado no Estado de São Paulo, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Sisbi-Poa.</p>
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MCTI Nº 8.447, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério, com a finalidade de estudar e propor a criação de um Programa de Serviços Climáticos.</p> <p>COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN <u>PORTARIA Nº 40, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Institui Grupo de Monitoração Radiológica e Apoio à Resposta de Emergências Radiológicas e Nucleares - GMR/Sede.</p>
Ministério da Cultura	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MINC Nº 151, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de produzir subsídios para a elaboração e implementação da Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares.</p>
Ministério da Educação	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 839, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Altera a Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, a partir do primeiro semestre de 2018.</p> <p>FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA CAPES Nº 253, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</u> Estabelece a mudança de área de avaliação de programas de pós-graduação stricto sensu (PPG)</p> <p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 17, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre as orientações, diretrizes, objetivos e beneficiários do Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade - PDDE Equidade, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas públicas de Educação Básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</u> Institui os critérios de destinação de recursos financeiros às escolas públicas da educação básica, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, no âmbito do Programa Escola e Comunidade - Proec.</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 15, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</u> Altera a Resolução CD/FNDE nº 27, de 24 de novembro de 2023, que dispõe sobre as repactuações entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e os entes federativos no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 14, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</u> Altera a Resolução CD/FNDE nº 3, de 29 de abril de 2020, e a Resolução CD/FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020, que estabelecem os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR.</p>
<p>Ministério da Fazenda</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 1.351, DE 23 DE AGOSTO DE 2024</u> Define os critérios de seleção dos beneficiários e de uso dos recursos para fins da concessão de subvenção a fundos de financiamento à estruturação de projetos, de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 1.216, de 9 de maio de 2024, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MGI Nº 313, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> Declara de interesse público e social o acervo documental privado da Central Única dos Trabalhadores.</p> <p>SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO <u>PORTARIA SEGES/MGI Nº 4.621, DE 2 DE JULHO DE 2024</u> Define órgãos e entidade para atuação de servidoras e servidores da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais em projetos prioritários.</p>
<p>Ministério da Previdência Social</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA PRES/INSS Nº 1.739, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</u> Altera a Portaria nº 3.213/PRES/INSS, de 10 de dezembro de 2019, que instituiu o Sistema de Governança do Instituto Nacional do Seguro Social.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 5.263, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a julho, agosto e setembro de 2024, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 5.258, DE 16 DE AGOSTO DE 2024</u> Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho para revisão da Portaria GM/MS nº 4.777, de 30 de dezembro de 2022,</p>

	<p>que altera a Portaria de Consolidação MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de planejamento, aquisição e gestão de insumos estratégicos em saúde.</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 5.203, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</u> Autoriza o repasse referente ao incremento financeiro emergencial de custeio de resposta às emergências em saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde.</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 5.201, DE 15 DE AGOSTO DE 2024</u> Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas doenças na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, e modifica o Anexo XLIII à Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para revogar o item I da Lista Nacional de Doenças e Agravos a serem monitorados pela Estratégia de Vigilância Sentinela.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 892, DE 22 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre a dispensa, em caráter excepcional e temporário, do registro e sobre os requisitos para autorização excepcional de importação de medicamentos e vacinas adquiridos pelo Ministério da Saúde para prevenção ou tratamento da Mpox, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional.</p>
<p>Ministério de Portos e Aeroportos</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 397, DE 16 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho - GT para avaliação das demandas da sociedade e proposição de melhorias aos padrões relacionados ao transporte aéreo de animais.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDS Nº 1.016, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos Municípios e Estado que receberam e receberão migrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária.</p> <p><u>PORTARIA MDS Nº 1.015, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> (...) Art. 1º Fica aprovada a meta global a ser considerada para o segundo ciclo de avaliação institucional, compreendido entre 1º de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024, estabelecida em 90,00% (noventa por cento) da execução orçamentária global do órgão nos meses que compõem o período avaliado, considerando-se a razão entre o somatório do volume de empenho e a respectiva dotação do período. (...)</p>

<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 281, DE 16 DE AGOSTO DE 2024</u> Aprova a 2ª revisão do Orçamento Programa da Apex-Brasil para o exercício de 2024.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES E NUTRIÇÃO DE PLANTAS <u>RESOLUÇÃO CONFERT/MDIC Nº 11, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Aprova a Carteira de Projetos Estratégicos do Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas (CONFERT).</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</p>	<p>SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO <u>RESOLUÇÃO Nº 26, DE 12 DE AGOSTO DE 2024</u> Aprova a Política de Governança do Serviço Florestal Brasileiro - SFB.</p>
<p>Ministério do Planejamento e Orçamento</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 274, DE 23 DE AGOSTO DE 2024</u> Altera, por meio de remanejamento, os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, e alterações posteriores, no que concerne a diversos órgãos do Poder Executivo Federal, e atualiza os valores constantes de seu Anexo XIX.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 273, DE 23 DE AGOSTO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 820.955.832,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 272, DE 23 DE AGOSTO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 191.723.836,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 270, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Altera parcialmente grupo de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constante do Anexo da Medida Provisória nº 1.253, de 15 de agosto de 2024, no Ministério da Saúde, no valor de R\$ 97.900.000,00</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 269, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 3.136.564.518,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 266, DE 16 DE AGOSTO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, da Previdência Social, da Defesa, e da Integração e do Desenvolvimento Regional; e da Dívida Pública Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 63.399.518.293,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	<p>CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO CFM Nº 2.383, DE 18 DE JULHO DE 2024</u> Disciplina o procedimento de monitorização neurofisiológica intraoperatória, que é ato médico exclusivo.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CFM Nº 2.384, DE 30 DE JULHO DE 2024</u> Define e disciplina a atuação do médico, em especial do otorrinolaringologista, na realização do ato médico e exames complementares ao diagnóstico nosológico em otorrinolaringologia (ORL).</p> <p>CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS <u>RESOLUÇÃO Nº 58, DE 7 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre a atuação de técnicos agrícolas em projetos de construção rural e de reservatórios artificiais.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
24/08/2024 (Ed. Extra)	<p><u>DECRETO Nº 68.805, DE 24 DE AGOSTO DE 2024</u> Declara situação de emergência nas áreas que especifica, em razão de incêndios florestais no território estadual.</p>
22/08/2024	<p><u>DECRETO Nº 68.779, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre a fixação de valor máximo anual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, referente ao exercício de 2023.</p>
20/08/2024	<p><u>DECRETO Nº 68.778, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades Digital do Estado de São Paulo - AME Digital SP, e dá providências correlatas.</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Comunicação (SECOM)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SECOM Nº 004/2024</u> Institui a plataforma eletrônica Agência SP - Agência de Notícias do Governo do Estado de São Paulo.</p>

<p>Controladoria Geral do Estado (CGE)</p>	<p>GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 12, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Define a estrutura de governança no âmbito da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p>
<p>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-28, DE 20-08-2024</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de Julho 2023 a Junho de 2024.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SFP-27, DE 16-08-2024</u> Dispõe sobre a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 690 DE 19-08-2024</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 689 DE 19-08-2024</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações.</p>
<p>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</p>	<p>CONSELHO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO <u>DELIBERAÇÃO CPI Nº 12/2024</u> Dispõe sobre os procedimentos para alienação e arrematação dos imóveis de propriedade do Estado de São Paulo.</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV Nº 261, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.</u> Dispõe sobre o cálculo do valor inicial e revisão do benefício de pensão por morte quando legado por servidor que tenha falecido em atividade, conforme orientações do Parecer PA 41/2023.</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 27, DE 22 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre a licença compensatória prevista no inciso XI-A e nos §§ 1º a 6º do artigo 113 da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015.</p>
<p>Secretaria da Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 201, DE 16 DE AGOSTO DE 2024</u> Instituiu o Comitê Estadual de Farmacovigilância em Vacinas e outros Imunobiológicos no estado de São Paulo.</p> <p>COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) → Centro de Vigilância Sanitária (CVS) <u>COMUNICADO Nº CVS 05, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u> Comunicado CVS nº 05/2024 – GT Alimentos/DITEP. Assunto: Liberação do Comércio e consumo de moluscos bivalves.</p>

<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 49, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular Unesp 2025 e dá outras providências.</p> <p><u>PORTARIA UNESP Nº 82, DE 14 DE AGOSTO DE 2024</u> Dispõe sobre Processo Seletivo Unificado para Ingresso na Pós-graduação da Unesp.</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG Nº267, DE 19 DE AGOSTO DE 2024</u> Institui o "Comitê do Atendimento à População em Situação de Rua" para estudos sobre as atuais práticas e aperfeiçoamento do atendimento à população em situação de rua pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.</p>
<p>Ministério Público do Estado (MPE)</p>	<p>PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 1.902/2024-PGJ, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> (SEI 29.0001.0176522.2021-97) Altera a Resolução nº 633/2010-PGJ, de 12 de fevereiro de 2010, que fixa as atribuições dos cargos de Assistente Jurídico e estabelece regras do concurso público para o seu provimento.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>22/08/2024</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 47/2024, DE 22/08/2024</u> Altera a Lei Complementar nº 1.050, de 24 de junho de 2008, que institui no Quadro da Defensoria Pública do Estado, as classes de apoio que especifica, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 46/2024, DE 22/08/2024</u> Altera a Lei Complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado.</p> <p><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 45, DE 2024</u> Altera o artigo 6º da Lei Complementar nº 1.245, de 27 de junho de 2014, que "Institui a Bonificação por Resultados - BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico-Científica e Militar, e dá providências correlatas".</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 610, DE 2024</u> Cria o Programa de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla e dá outras providências.</p>
<p>21/08/2024</p>	<p>DECRETOS LEGISLATIVOS <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.553, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u></p>

	<p>Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 91/24, ratificado pelo Decreto nº 68.745, de 5 de agosto de 2024.</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.552, DE 20 DE AGOSTO DE 2024</u></p> <p>Manifesta concordância com a implementação do Convênio ICMS 74/24, ratificado pelo Decreto nº 68.745, de 5 de agosto de 2024.</p> <p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 608, DE 2024</u></p> <p>Estabelece a colocação de placas informativas sobre como identificar um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em locais públicos e privados de grande circulação de pessoas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 605, DE 2024</u></p> <p>Institui no âmbito do Estado de São Paulo, o serviço de "Disque Denúncia contra a violação dos Direitos da Pessoa Humana em situação de rua"</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 604, DE 2024</u></p> <p>Altera a Lei nº 13.918, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a comunicação eletrônica entre a Secretaria da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos estaduais, institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências correlatas, de forma a prever incentivos para projetos esportivos voltados à pessoas com deficiência no Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 603, DE 2024</u></p> <p>Dispõe sobre criação do programa de capacitação dentro dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos agentes de segurança pública na abordagem de pessoas com deficiência psicossocial no Estado de São Paulo.</p> <p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS</p> <p><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2024</u></p> <p>Aprova a indicação de membro para integrar a Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP.</p> <p><u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 2024</u></p> <p>Aprova a indicação de membro para integrar o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.</p>
<p>20/08/2024</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 598, DE 2024</u></p> <p>Institui o Selo "RARO" a ser inserido nos processos judiciais onde figure como parte pessoa com doença rara.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 597, DE 2024</u></p> <p>Dispõe sobre o uso do Símbolo Nacional de Acessibilidade à Pessoa com Visão Monocular no Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 595, DE 2024</u></p>

	Dispõe sobre a criação do Programa de Conscientização e Educação Animal do Estado de São Paulo - PCEASP
19/08/2024	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 589, DE 2024</u> Declara como patrimônio histórico cultural imaterial a Romaria à Nossa Senhora Aparecida, incluindo este evento no calendário oficial de nosso estado, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 588, DE 2024</u> Estabelece o Centro Confinamento das Facções (CECOF) e dá as regras para o seu funcionamento, bem como autoriza o Poder Executivo a construí-lo</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2024</u> Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao artigo 154 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Resolução n. 576, de 26 de julho de 1970), e dá outras providências.</p>
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
22/08/2024	<p><u>DECRETO Nº 63.691, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> Introduz alterações nos artigos 2º, 17 e 25 do Decreto nº 58.890, de 30 de julho de 2019, que confere nova regulamentação ao artigo 98 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, o qual dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos e pensionistas da administração direta, autarquias e fundações do Município de São Paulo, bem como disciplina o respectivo sistema de consignações em folha.</p> <p><u>DECRETO Nº 63.689, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> Introduz alterações no Decreto nº 59.023, de 21 de outubro de 2019, que regulamenta o Conselho Participativo Municipal a que se referem os artigos 34 e 35 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013.</p> <p><u>DECRETO Nº 63.686, DE 21 DE AGOSTO DE 2024</u> Cria o Programa Entrelaços, destinado a oferecer apoio e assistência às mães de pessoas com deficiência no âmbito do Município de São Paulo.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti
ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>